

Convite para Apresentação de Proposta

Procedimento de Ajuste Direto

Concertos Musicais:

Dizer Poesia 2025 - Milhanas

Efemérides - Ana Bacalhau

PAQ 47/2025 - EDOC/2025/15033

Em cumprimento do Artigo N.º 24º, N.º 1, alínea e) subalínea i) do Código dos Contratos Públicos, convida-se Vª Exª a apresentar Proposta de acordo com o Caderno de Encargos.

1 - Entidade adjudicante e local onde decorre o procedimento

1.1. A entidade pública contratante é o Município de Viseu;

1.2. O processo de concurso decorre na Divisão Financeira e de Contratação, Unidade de Contratação e Logística, sito na Praça da República, 3514-501 Viseu, telefone 232 427 458, através da Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

2 - Órgão que tomou a Decisão de Contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Paulo Gouveia, em 27/02/2025, com competência delegada nos termos do N.º 2 do Artigo 36º da Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro e despacho 001/P datado de 13/10/2021, emitido no uso da sua competência.

3 - Regras de Participação

Requisitos de acesso à plataforma eletrónica:

3.1. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento "Concurso" a ser efetuada na Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.

3.2. Após inscrição e validação da documentação solicitada será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta de peças concursais.

4 - Documentos que constituem a Proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do Anexo I ao CCP nos termos da alínea a) do Artigo 57º do CCP;

- b) Proposta formulada nos termos do Anexo A, que se junta. Os concorrentes têm de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento e o preenchimento da lista de preços unitários constantes do ficheiro "Lista Artigos";
- c) Declaração de Honra do cumprimento do Artigo 419º-A do CCP. Só aplicável às aquisições de serviços nos termos do Artigo 451º N.º 2 do CCP.
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do N.º 1 do Artigo 57;

5 - Idioma da Proposta

5.1 - A proposta e os documentos que a instruem devem ser apresentados em língua portuguesa.

5.2 - Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve a entidade convidada, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6 - Modo e Prazo para a apresentação da Proposta

6.1 - A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue, na plataforma eletrónica já identificada, até às 23h59 do 5º dia, a contar da data do envio do Convite.

6.2 - Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto anterior, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar a designação do procedimento e da entidade, e enviado por correio registado à entidade adjudicante até ao fim do prazo estabelecido para entrega das propostas.

6.3. A proposta e os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, e deverão ser datados e assinados, com recurso a assinatura eletrónica qualificada e deverão ser datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do Artigo 62º do CCP.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

7 - Preço Base

7.1. O preço base do presente procedimento é de **19.950€** (dezanove mil, novecentos e cinquenta euros) acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, como o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, respeitante a:

Atuação de Milhanas – 7.075€

Atuação de Ana Bacalhau – 12.875€

7.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Viseu, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, deslocações e outras a identificar, caso necessário.

8 - Condições de Pagamento

8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual deverá ser emitida após a realização dos concertos.

8.2. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no número anterior, a fatura será paga por transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante.

9 - Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos do Artigo 88º do CCP.

10 - Documentos de Habilitação/Adjudicatário

10.1 - Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial;

10.2 - Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55º do CCP;

10.3 - Certidão da Conservatória do Registo Comercial, acompanhada dos documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, se necessário;

10.4 - Declaração de Inexistência de Impedimentos, conforme o Modelo Q, para o cumprimento do artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho, cuja omissão determina a caducidade da adjudicação, nos termos do Artigo 87º-A do CCP.

10.5 - Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual, nem às empresas públicas). Tendo em atenção o disposto no N.º 1, b) do Artigo 37º da Lei N.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei N.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no Artigo 87º-A e Artigo 86º N.º 1 do CCP.

10.6 - Documento com a indicação do IBAN da entidade.

10.7 - Certificação de PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

11 - Modo e Prazo para apresentação dos Documentos de Habilitação

11.1 - Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

11.2 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;

11.3 - O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 5 dias;

11.4 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

12 - Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

13 - Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

14 - Critério de Adjudicação

Não se aplica.

15 - Prazo de Execução

15.1. O contrato terá eficácia à data de assinatura, até à conclusão do serviço, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

15.2. O prestador obriga-se a executar os serviços, com todos os elementos referidos no Caderno de Encargos, com a realização de dois espetáculos musicais:

- Dia 21 de março de 2025, no Mercado 2 de Maio, com início às 21h
- Dia 25 de abril de 2025, no Mercado 2 de Maio, com início às 18h

16 - Tratamento de Dados Pessoais

16.1 - Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados ("RGPD") – Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei N.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD ("LERGPD"), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, após a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

16.2 - A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

16.3 - Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

17 - Legislação Aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite observar-se-á o disposto no CCP aprovado pelo Decreto-lei N.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação da Lei N.º 30/2021 de 21 de maio.

João Paulo Lopes Gouveia

Vice-Presidente

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento (Designação do Procedimento), obriga-se a executar a prestação de serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de €, (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Valor total da proposta: €

DIVISÃO EM LOTES (só no caso de haver lotes)

Condições de pagamento -

Período de execução -

Prazo de manutenção da proposta (em conformidade com artº 65º do D.L. 18/2008)

Data e assinatura:

Modelo Q

Declaração de Inexistência de Impedimentos

(Declaração para cumprimento do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho) (1)

Nome: _____

Número de Documento de Identificação: _____

Morada: _____

Na qualidade de representante(s) legal(ais) da firma _____ com NIF _____
concorrente/candidato no Procedimento de Contratação Pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho;

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho _____

_____, ____/____/____

(1) *Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos*